

ARQUIVOS DE HISTÓRIA DA CULTURA PORTUGUESA

Vol. II, n.º 2

---

A. MOREIRA DE SÁ

O PORTO E A CULTURA NACIONAL  
NOS SÉCULOS XII E XIII



LISBOA — 1968

## O PORTO E A CULTURA NACIONAL NOS SÉCULOS XII E XIII \*

A palavra «cultura» tem sido empregada com pluralidade de significados, de acordo com a orientação do autor ou da Escola. Por isso, conhecem-se mais de duas centenas de definições do conceito.

Mas fàcilmente se verifica que grande número das acepções admite serem as ideias e os valores os aspectos que mais individualizam e tipificam as culturas, como mostrou Philip Bagby, na sua obra *Culture and History* (London-1958).

Daqui o interesse em conhecer os valores intelectuais ou espirituais dos Portugueses, acumulados ao longo de centenas de anos, pois esse conhecimento permitir-nos-á uma noção mais exacta da Cultura Portuguesa, na medida em que nos revelará um dos seus aspectos individualizantes

Tendo em vista a elevação dos valores espirituais da Humanidade e um mais vasto recrutamento de clérigos cultos, nos Concílios Latrão III e IV tomaram-se decisões de enorme alcance. Assim, em meados de Março de 1179 o primeiro destes Concílios estabeleceu que junto das Catedrais houvesse um *Magister scholarum* com obrigação de ensinar os clérigos e os escolares pobres; e o segundo, reunido a 1 de Novembro de 1215, tornou extensiva às Colegiadas aquela determinação e providenciou para que nas Catedrais metropolitanas houvesse ainda um professor teólogo.

Como era de prever, estas decisões revelaram-se de enorme importância, pois fizeram surgir centros de irradiação de Cultura de valor

\* Comunicação apresentada ao Congresso Luso-espanhol de Estudos Medievais, realizado no Porto, de 18 a 23 de Junho de 1968.

desigual, mas cujo conhecimento é primordial para a problemática em análise.

Pelo que respeita a Portugal esses centros situaram-se em Alcobaça, Beja, Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Lisboa, Porto e Viseu.

Em *Primórdios da Cultura Portuguesa* (Lisboa-1966), tivemos já ocasião de esboçar a influência exercida por alguns destes centros culturais, alicerçada em 76 documentos, que se situam entre 1 de Maio de 1072 e 16 de Janeiro de 1287. Posteriormente, o meu Colega e Amigo, Doutor Francisco da Gama Caeiro, em estudo notável que intitulou *As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa* (Lisboa-1966), analisou os principais aspectos relativos ao ensino, como leituras, programas, etc. Nesse estudo pôde concluir que «nas escolas episcopais portuguesas, dentro de um programa mínimo de ensino, seriam ensinadas as matérias seguintes: além dos conhecimentos da religião e da gramática, os alunos aprenderiam um pouco de dialéctica (lógica), de retórica, uns rudimentos de música e de contas» (p. 47). Esta conclusão, aliás, vinha confirmar a afirmação do Rev. Doutor Avelino de Jesus da Costa em *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga* (Coimbra — 1959), de que na Escola episcopal de Braga os alunos tinham de estudar, além da matéria religiosa, o *trivium* e, pelo menos alguns, parte do *quadrivium*, sob a orientação do mestre escola (*Primórdios*, I, p. 46).

Com estes pressupostos em mente, iremos analisar, através de 38 documentos, alguns dos quais inéditos, a importância que teve o Porto, como centro irradiador de cultura, nos séculos XII e XIII. E essa análise far-se-á verificando a existência de mestres-escola de 1185 a 1299, conhecendo alguns escolares e sua importância social, e descrevendo livros manuscritos legados entre 1185 e 1331.

O primeiro aspecto tem importância relevante, dadas as elevadas funções que nos séculos XII e XIII estavam confiadas aos mestres-escola, o que somente começará a declinar com o aparecimento dos Estudos Gerais. Por isso, a existência de mestres-escola pressupõe, necessariamente, por um lado a função docente, e por outro a presença de escolares.

Embora a documentação relativa aos séc. XII e XIII seja pouco abundante, os documentos reunidos permitem as seguintes conclusões.

No Porto, a dignidade de escolástico ou mestre-escola foi insti-

tuída pelo bispo D. Martinho Pires, depois de 8 de Novembro de 1185, de acordo com as decisões conciliares atrás referidas, e a primeira pessoa nomeada para exercer a função chamava-se Domingos Miguel (1).

Posteriormente foram mestres-escola nesta cidade, Paio Tomé (1213-1229), D. Domingos (1233-1242), João Pais (1243-1249), Martinho Mendes (1262-1285) e D. Pedro Martins (1295-1299) (2).

Como se vê, só nos períodos de 1250 a 1262 e de 1285 a 1295 é que ainda se não encontrou referência aos mestres-escola. Quanto ao restante, desde a sua criação em 1185 até 1299, está perfeitamente documentada a existência do mestre-escola e com ela a função.

Entre os nomes citados, merece referência especial, Mestre Paio Tomé, que parece ter sido um canonista de grande renome, pelas questões em que interveio, e é verosímil que tenha sido «um dos mestres vindos de Bolonha» interessado na consulta de umas *Decretais* pertencentes à livraria do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa (3).

A documentação reunida permite também conhecer os nomes de alguns escolares. Na verdade, em 1217 há referências a dois nomes, Tomás e Domingos; em 1229 citam-se Lourenço Anes, Estêvão Peres e Pedro Esteves; em 1249 figuram Domingos Mendes e Martinho Afonso; e em 1282 encontra-se citado outro Estêvão Peres (4).

Necessariamente que devia haver muitos mais escolares e que haveria vantagem em conhecer a posição social que posteriormente ocuparam. Mas com estas citações queremos apenas chamar a atenção para um facto que parece relevante: estes escolares aparecem a intervir nos documentos *em posição destacada, com essa categoria*. Não como simples testemunhas, como hoje sucede nos documentos notariais; mas como testemunhas qualificadas, tal como se verifica nesta época, com os *magistri scholarum* que aparecem referidos ou logo a seguir ao rei ou imediatamente após o principal funcionário da Côrte. O facto de os escolares intervirem nos documentos e de haver referência expressa à sua qualidade, revela a importância social que tinham na época.

---

(1) *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto — 1924, p. 493-494.

(2) Veja-se o Sumário dos documentos.

(3) FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, *Santo António de Lisboa*, Lisboa — 1968, vol. I, p. 33, nota.

(4) Veja-se o Sumário dos documentos.

O terceiro aspecto de que nos socorreremos na nossa análise é o dos livros manuscritos, pois eles são, obviamente, um reflexo das preocupações e interesses intelectuais dos seus possuidores. Reflexo esse tanto mais significativo quanto não nos devemos esquecer do elevado valor por que foram transacionados, nestes séculos, livros manuscritos. Assim, por exemplo, no testamento do Bispo do Porto, D. Julião Fernandes, feito em 21 de Outubro de 1230, o prelado deixa 50 morabitinos a Vasco Fagundes, tesoureiro da Sé, para comprar um *Código de Leis*, e a seu sobrinho, o Cónego Pedro Fernandes, lega igual quantia para comprar umas *Decretais* (1).

Se nos lembrarmos de que, por uma lei de 1253, de D. Afonso III, que regulava os preços, um boi valia 3 maravedis, e um porco 1 maravedi (2), chegaremos à verificação de que cada *Código* de Justiniano ou as *Decretais* de Gregório IX valiam 17 bois ou 50 porcos, o que em moeda corrente equivale a custar entre 90 a 100 contos cada obra manuscrita (3).

Com estes dois pressupostos em mente — interesse intelectual e valor comercial — iremos analisar as livrarias de alguns prelados portugueses. Começaremos pelo bispo D. Fernando Martins, que no seu testamento, redigido antes de 8 de Novembro de 1185, deixa à Sé do Porto um volume contendo o *Decreto* de Graciano, as *Instituições* de Justiniano, o *Authenticum* e as *Novellae* e outro volume com as *Sumas* do *Decreto*, das *Instituições* e do *Código*; à Sé de Braga lega o *Código* de Justiniano, o *Digesto*, em três partes (o *Digesto Velho*, o *Digesto Novo*, e o *Esforçado*), e o *Saltério* glosado (*Primórdios* I, doc. 8). Eram, como se vê, quase somente obras de Direito.

Já atrás vimos que o Bispo D. Julião Fernandes, no testamento feito a 21 de Outubro de 1230, deixara avultadas importâncias para compra de duas obras de Direito: o *Código* de Justiniano e as *Decretais* de Gregório IX.

De igual especialidade eram as obras legadas em 24 de Junho

---

(1) *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto — 1924, p. 398 e JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações Chronológicas e Críticas*, Tomo V, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa — 1896, p. 76.

(2) LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa — 1929, p. 22.

(3) 1 boi = 5 contos; 1 porco = 2 contos.

de 1247, por outro bispo do Porto, D. Pedro Salvadores: deixa a seus sobrinhos «omnes libros meos tam legales quam canonicos» (*Primórdios* I, doc. 37) (1).

E no testamento do chantre do Porto, Gonçalo Gonçalves, feito a 14 de Abril de 1262, há referências muito curiosas a fazedores de livros ou copistas, existentes no velho burgo portuense. Fala-se aí num livro feito por Martinho de Cancela — possivelmente da Cancela Velha — e nos livros que foram de Martinho Soeiro, avaliados em 40 morabitanos (*Primórdios* I, doc. 60). A natureza desses livros escapa-nos por falta de referências expressas. Mas que existia um *stationarium* no velho burgo, parece inegável. Sob este aspecto estaremos perante uma das duas espécies de livreiros medievais que existiam, nos séculos XII e XIII, em Portugal e no estrangeiro. Como se sabe, havia os *stationarii librorum* que vendiam ou alugavam os manuscritos e os *stationarii peciarum* «que asseguravam a multiplicação dos textos e remetiam aos copistas profissionais as *peciae*» ou fólios que reunidos constituíam o *exemplar* ou modelo a reproduzir novamente (2). O atrás citado Martinho da Cancela devia ser um *stationarium* do Porto.

Um outro bispo do Porto, D. Vicente Mendes, em testamento de 16 de Abril de 1296, lega a várias pessoas a sua livraria, já de grande valor (*Primórdios* II, 93). Aí se faz referência às *Decretais* de Gregório IX (3), ao *Digesto Velho*, a um *Ferital* e a um *Domingal*, livros

---

(1) Em comunicação apresentada ao mesmo Congresso Luso-espanhól de Estudos Medievais, realizado no Porto, o Rev. Cónego Isaias da Rosa Pereira identificou o canonista «Petrus Hispanus Portucalensis» com o Bispo D. Pedro Salvadores.

(2) S. STELLING-MICHAUD, *L'Université de Bologne et la pénétration des droits romain et canonique en Suisse aux XIIIe et XIVe siècles*, Genève — 1955, p. 103.

(3) JOÃO PEDRO RIBEIRO, na Memoria sobre ... Qual seja a Época da Introdução do Direito das Decretaes em Portugal, publicada nas *Memorias de Literatura Portuguesa*, t. VI, Lisboa — 1796, pág. 12-13, diz: «...aparecerem ao lado dos nossos Soberanos Escolares, Bachareis, Licenciados, e Doutores em Degredos, ou Decreto, e Decretaes ... chegando a verter-se em lingua vulgar as mesmas Decretaes, como bem se colhe de um Formal de Partilhas, por morte de Vasco de Sousa, Cidadão do Porto, datado de 23 de Fevereiro Er. 1397. (1359), aonde entre os livros se contão humas *Degrataes em lingoagem* (Cartorio do Mosteiro de Pendorada, Maç 5. do Porto, num. 25)...» (Veja-se também JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Reflexões Historicar,*

certamente litúrgicos, ao *Esforçado*, à *Summa sobre o Decreto de Graciano*, de Hugúcio de Pisa, à *Vita Sanctorum*, à *Bíblia*, ao *De Civitate Dei* de Santo Agostinho, e ao *Código* de Justiniano. Predominam, como se observa, livros de Direito e litúrgicos ou religiosos, e aparece citada uma importante obra de Filosofia, o *De Civitate Dei* de Santo Agostinho, muito lida nas Escolas europeias do século XIII (1).

Outra livraria, igualmente muito importante, a organizada pelo Bispo do Porto, D. Sancho Pires, como se vê do inventário, feito em 21 de Junho de 1296, dos bens que possuía antes de ser eleito bispo (*Primórdios* II, doc. 94). Desse inventário constam as seguintes obras:

Dois exemplares do *Decreto* de Graciano, a *Summa super titulis decretalium*, de Godofredo de Trano, as *Institutiones* de Justiniano, o *Digesto Velho*, umas *Sumas* do célebre canonista português João de Deus, os *Casus Decretorum* de Benencasa de Arezzo, o *Digesto Novo*, a *Margarita Martiniana*, dois livros de *Leis*, uma *Summa titularum extravagantium*, possivelmente a de Henrique de Susa, as *Decretais* de Inocêncio IV, uns *Sermões*, uns *Casus Decretalium*, talvez de Bernardo de Parma, o *Apparatus in quinque libros decretalium*, de Inocêncio IV, os *Libelli de iure canonico* de Roffredo de Benevento, o *Ordo iudiciarius*, de Mestre Tancredo de Bolonha, o *Liber iudiciorum* também chamado *Fuero de Léon*, um livro de *Mística*, três *Saltérios*, dois *Breviários*, o *Breviarium iuris ad omnes materias in iure canonico inveniendas*, atribuído a Bernardo de Parma ou a Bernardo de Compostela, o *Libellus super electione*, de Guilherme de Mandagoto, e as *Constitutiones novissimas*, de Gregório X (*Primórdios* II, doc. 94).

São, ao todo, 28 obras de Teologia, Direito Canónico, Leis, Pregação, Piedade e Liturgia.

Outra livraria muito importante, notável mesmo para a época — de «uma riqueza bibliográfica» a qualificou Fortunato de Almeida (2) — é aquela que D. Vasco Martins, Bispo do Porto, reuniu, e doou, mais tarde, em 2 de Maio de 1331, ao Cabido da sua Sé e a várias Igrejas (*Primórdios* II, doc. 103). São, ao todo, 27 códices,

---

Parte I, Coimbra — 1835, p. 9 e Isaias da Rosa Pereira, *Livros de Direito na Idade Média*, Lisboa — 1960, p. 14).

(1) PHILIPPE DELHAYE, *L'Organisation scolaire au XIIe siècle*, Louvain — 1961, p. 23.

(2) *História da Igreja em Portugal*, 2.<sup>a</sup> edição, Porto — 1967, I, p. 411.



Santo Agostinho e os discípulos  
(*Ältere Pinakothek, de Munique*)



com mais de três dezenas de obras sobre Sagrada Escritura, Teologia, Direito Canônico e Civil. Entre outros, merecem citação especial os *Liber Sententiarum* e *Lectura super quarto libro Sententiarum*, de Pedro Lombardo, as *Conclusiones ... super toto libro Sententiarum*, de S. Tomás de Aquino, a *Summa Confessorum* de João de Friburgo, e o *Compendium Theologiae*, com comentário de Frei João.

Nesta doação, merecem referência especial as condições que o Bispo pôs à sua Sé: os livros poderiam ser levados pelos Cónegos, com autorização e sob caução, desde que fossem «causa sermocinandi vel predicandi seu aliter studendi». Quer dizer: os livros reunidos tinham, como uma das suas finalidades principais, ser utilizados pelos cónegos *para estudo*.

As livrarias, na época medieval, eram criadas para utilização pessoal dos seus possuidores e para que os livros servissem, com finalidade de estudo, às pessoas que a eles podiam ter acesso. Porém, com o fim de evitar possíveis extravios, os seus dadores ou instituidores ou os mandavam pôr «por cadeias» ou só autorizavam o seu empréstimo, sob caução.

Pois bem: as livrarias reunidas pelos Bispos do Porto tinham exactamente esta última finalidade e estavam sujeitos aos mesmos cuidados, de modo a não se dispersarem e garantirem a sua utilização, pelos estudiosos, em gerações sucessivas.

E a confirmar esta utilização, o estatuto do Bispo do Porto, D. Vicente, e de seu Cabido, de 7 de Abril de 1294, sancionando o costume antigo de os cónegos da diocese, quando ausentes em Estudos, receberem os frutos e proventos de suas prebendas, mostra por um lado a necessidade da existência de obras didácticas e por outro os benefícios concedidos àqueles que procuravam elevar a sua cultura frequentando os Estudos Gerais no estrangeiro ou em Lisboa (*Prímórdios* II, doc. 91).

#### **Em conclusão:**

Do atrás exposto pensa-se que ficou demonstrado ter havido, no Porto, mestres-escola, de 1185 a 1299, o que revela a existência da função docente e de escolares; relevou-se a importância social destes últimos; chamou-se a atenção para as várias livrarias, algumas muito

importantes e ricas, reunidas por Bispos do Porto, e para a sua elevada função; referiu-se, com especial ênfase, a existência de um *stationarium peciarum* ou livreiro medieval, no burgo portuense.

Estes aspectos comprovam — cremos muito sinceramente — que o Porto, nos séculos XII e XIII, os únicos aqui estudados, exerceu uma influência cultural muito importante, que não pode ser, de forma alguma, menosprezada ou esquecida, quando um dia alguém escrever a *História da Cultura Portuguesa nos séculos XII e XIII*.

## BIBLIOGRAFIA

- BELTRAN DE HEREDIA, VICENTE — La formación intelectual del clero en España durante los siglos XII, XIII y XIV, in *Revista Española de Teología*, 1946, tomo VI, pp. 314-357.
- BOURDON, G. — La licence d'enseigner et le rôle de l'écolâtre au Moyen-Âge, in *Revue des Questions Historiques*, 1876, vol. XIX.
- BRANDÃO, D. DE PINHO — *Teologia, Filosofia e Direito na diocese do Porto nos séculos XIV e XV*, Porto — 1960.
- CAEIRO, FRANCISCO DA GAMA — *As escolas capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa*, Lisboa — 1966.
- — *Santo António de Lisboa*, Vol. I — *Introdução ao estudo da obra antoniana*, Lisboa — 1967.
- Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto — 1924.
- CLERVAL, A. — *Les Écoles de Chartres au Moyen-Âge du Ve au XVIe siècle*, Chartres — 1895.
- COCHERIL, MAUR — Les cisterciens portugais et les études. État de la question, in *Los Monjes y los estudios*, Poblet — 1963, pp. 235-248.
- Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, Porto — 1917 e seguintes.
- COSTA, AVELINO DE JESUS DA — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra — 1959.
- COSTA, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA — Para a História da Cultura Jurídica Medieval em Portugal, in *Bracara Augusta*, 1963, Vol. XIV-XV, pp. 340-357.
- CUNHA, D. RODRIGO DA — *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto — 1742.
- DELHAYE, PHILIPPE — *L'Organisation scolaire au XIIe siècle*, Louvain — 1961.
- GELLINCK, J. DE — *Le mouvement Théologique du XIIe siècle*, Bruges — 1948.
- — *Bibliothèques*, in *Dictionnaire de Spiritualité*, Paris — 1937, Vol. I, col. 1589-1606.
- GESSLER, M.J. — *Une bibliothèque scolaire du XIe siècle d'après le catalogue provenant de l'abbaye d'Anchin*, Bruxelles — 1935.
- MACHAY, DOROTHY L. — *Le système d'examen du XIIIe siècle d'après le De Conscientia de Robert de Sorbon*, in *Mélanges Ferdinand Lot*, Paris — 1925, pp. 491-500.

- MATOSO, JOSÉ — *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200.* Louvain — 1968.
- PARÉ, G.A. BRUNET et P. TREMBLAY — *La Renaissance du XII<sup>e</sup> siècle. Les écoles et l'enseignement,* Paris 1933.
- PEREIRA, ISAIAS DA ROSA — *Livros de Direito na Idade Média,* Lisboa — 1960.
- RICHE, PIERRE — *Éducation et Culture dans l'Occident Barbare, VIe-VIIIe siècles,* Paris — 1962.
- ROBERT, G. — *Les écoles et l'enseignement de la théologie pendant la première moitié du XIIIe siècle,* Paris — 1909.
- SÁ, A. MOREIRA DE — *Primórdios da Cultura Portuguesa,* Lisboa — 1966.
- — *Primórdios da Cultura Portuguesa — II,* Lisboa — 1968.

SUMÁRIO DOS DOCUMENTOS  
RELATIVOS AO PORTO

DATA	DESIGNAÇÃO	PRIMÓRDIOS I e II DOC. N.º	
1185	8 Nov. (antes) (depois)	Testamento D. Fernando Martins legando vários ms. Sé Porto Instituição Mestre Escola e nomeia Domingos Miguel	I — 8 II — 11
1213	Nov.	Mestre Paio Tomé	II — 31
1217	—	Mestre Paio Tomé, <i>magister scholarum</i> e 2 escolares	I — 15
1218	22 Mar.	Mestre Paio Tomé, <i>magister scholarum</i>	II — 38
1224	6 Jul.	Mestre Paio Tomé	II — 40
1228	31 Ago.	Bula de Gregório IX onde refere Mestre Paio Tomé	I — 24 II — 45
1229	5 Fev.	Lourenço Anes, escolar	II — 46
	10 Abr.	Estêvão Peres, escolar	II — 47
		Estêvão Peres, escolar	II — 49
	18 Jun.	Pedro Esteves, escolar	II — 55
1233	Mar.	Domingos, <i>magister scholarum</i>	II — 64
1242	Mar.	Domingos, <i>magister scholarum</i>	II — 65
		Domingos, <i>magister scholarum</i>	II — 66
	3 Abr.	Domingos, <i>magister scholarum</i>	II — 67
	Set.	Domingos, <i>magister scholarum</i>	II — 68
		Domingos, <i>magister scholarum</i>	II — 70
1243	17 Dez.	João Pais, <i>magister scholarum</i>	I — 34
1244	5 Jul.	Mestre João, <i>magister scholarum</i>	I — 37
1247	24 Jun.	Mestre João, <i>magister scholarum</i>	II — 73
	—	Mestre João, <i>magister scholarum</i>	II — 76
1249	Set.	Mestre João, <i>magister scholarum</i> e 2 escolares	I — 60
1262	14 Abr.	Martinho Mendes, <i>magister scholarum</i> e livros	I — 69
1277	5 Jun.	Martinho Mendes, <i>magister scholarum</i>	I — 70
	26 Jul.	Martinho Mendes, <i>magister scholarum</i>	I — 73
1282	23 Jan.	Martinho Mendes, <i>magister scholarum</i> e 1 escolar	I — 74
1285	11 Fev.	Martinho Mendes, <i>magister scholarum</i>	II — 91
1294	7 Abr.	Ausências em Estudos	

DATA		DESIGNAÇÃO	PRIMÓRDIOS I e II DOC. N.º
1295	24 Mar.	D. Pedro Martins, <i>magister scholarum</i>	II — 92
1296	16 Abr.	Testamento Bispo legando Ms.	II — 93
	21 Jun.	Inventário bens Bispo, a que esteve presente D. Pedro Martins, <i>magister scholarum</i> , e onde refere livros manuscritos	II — 95
	20 Nov.	Testamento Bispo legando Ms.	II — 96
1298	9 Abr.	D. Pedro Martins, <i>magister scholarum</i>	II — 97
	5 Jul.	D. Pedro Martins, <i>magister scholarum</i>	II — 98
1299	13 Abr.	D. Pedro Martins, <i>magister scholarum</i>	II — 100
	20 Abr.	D. Pedro Martins, <i>magister scholarum</i>	II — 101
	30 Out.	D. Pedro Martins, <i>magister scholarum</i>	II — 102
1331	2 Maio	Doação do Bispo D. Vasco Martins, de 27 volumes ms., com obras de Filosofia, Teologia e Direito	II — 105

## DIVISÃO DOS DOCUMENTOS, POR ASSUNTOS

### a) *Mestres-escola* (Séc. XII e XIII)

Instituído depois de Nov. de 1185

- 1.º Mestre Escola — Domingos Miguel (depois de 1185)
- Paio Tomé (1213-1229?)
- Domingos (1233-1242)
- João Pais (1243-1249)
- Martinho Mendes (1262-1285)
- D. Pedro Martins (1295-1299)

### b) *Escolares* (Séc. XII e XIII)

- Tomás } 1217 (I — 15)
- Domingos }
- Lourenço Anes — 5 Fev. 1229 (II — 45)
- Estêvão Peres — 10 Abr. 1229 (II — 46)
- Pedro Esteves — 18 Jun. 1229 (II — 49)
- Domingos Mendes } Set. 1249 (II — 76)
- Martinho Afonso }
- Estêvão Peres — 23 Jan. 1282 (I — 73)

### c) *Obras manuscritas*

- 1185 — I, Doc. n.º - 8
- 1262 — II, » » 69
- 1296 — II, » » 93
- II, » » 95
- II, » » 96
- 1331 — II » » 105

DESCRIMINAÇÃO DOS MANUSCRITOS  
LEGADOS POR D. VASCO MARTINS, BISPO DO PORTO,  
EM 2 DE MAIO DE 1331

PORTO (Cabido da Sé)

<i>Sermões</i> . . . . .	5 vols.
<i>Ars Dictaminis</i> , com 4 Sumas . . . . .	1 »
<i>Summa Confessorum</i> , de João de Friburgo . . . . .	1 »
<i>Liber Pontificalis</i> . . . . .	1 »
<i>Compendium Theologiae</i> , com comentário de Frei João, O.F.M. . . . .	1 »
<i>Conclusiones secundum Thomam super Quaestionibus motis super toto libro Sententiarum</i> , de Pedro Lombardo . . . . .	1 »
	10 vols.

SEVILHA (Igreja)

<i>Biblia</i> . . . . .	1 vol.
-------------------------	--------

BURGOS (Igreja)

<i>Repertorium super iure Canonico</i> , escrito em 1306 por Béranger Frédoli (Tusculanum) . . . . .	1 vol.
<i>Liber Sententiarum</i> , de Pedro Lombardo . . . . .	1 »
<i>Lectura super quarto libro Sententiarum</i> , de Pedro Lombardo . . . . .	1 »
	3 vols.

LISBOA (Igreja)

<i>Liber sextus, das Decretais, cum apparatus à glosa de Guido de Baysio</i> (Archidiaconus) . . . . .	1 vol.
<i>Liber sextus, das Decretais, cum apparatus à glosa de João André</i>	
<i>Apparatus</i> , de Dini de Mugello, <i>super regulis iuris</i> . . . . .	1 »
<i>Libellus super electione</i> , de Guilherme de Mandagoto	
<i>Apparatus</i> , de João André sobre as <i>Clementinae</i> . . . . .	1 »
<i>Liber sextus das Decretais, cum apparatus</i> de João Lemoyne (Johannis Monachi)	
<i>Summa usus feudorum</i> ou <i>Consuetudinis feudorum</i> . . . . .	1 vol.
	4 vols.



BOUÇAS (Igreja)

<i>Digesto Velho</i> com glosa de Acúrcio . . . . .	1 vol.
<i>Digesto Velho</i> , pequeno . . . . .	1 »
<i>Inforciatum</i> , com glosa de Acúrcio	
<i>Comentário</i> de Odoffredo <i>ao Esforçado</i> . . . . .	1 »
<i>Digesto Novo</i> . . . . .	1 »
Três livros do <i>Código de Justiniano</i> . . . . .	1 »
	<hr/> 5 vols.

TORRES NOVAS (Igreja)

<i>Volumen parvum</i> , ou sejam os três últimos livros do <i>Código</i> , as <i>Institutiones</i> , o <i>Authenticum</i> , os <i>Libri feudorum</i> e algumas leis dos imperadores romano-germânicos (Isaias da Rosa Pereira, p. 49, n.º 70). . . . .	1 vol.
<i>Decretais</i> de Gregório IX, com glosa de Bernardo de Parma . . . . .	1 »
	<hr/> 2 vols.

TORRES VEDRAS (Igreja de S. Pedro)

<i>Código</i> de Justiniano com a glosa de Acúrcio	
<i>Apparatus in quinque libros Decretalium</i> , de Inocêncio IV, com reportório de Gui de Colle di Mezzo	
<i>Apparatus in quinque libros Decretalium</i> , de Inocêncio IV, com apparatus de Bernardo de Compostela (Compostellanus) . . . . .	1 vol.

BEJA (Igreja)

<i>Digesto Novo</i> com glosa de Acúrcio	
<i>Rosarium super Decreto</i> , ou seja o comentário ao <i>Decreto</i> de Graciano, por Guido de Baysio . . . . .	1 vol.

Total de 27 volumes

## ÍNDICE

	Pág.
O Porto e a Cultura Nacional nos séculos XII e XIII .....	3
Bibliografia .....	11
Sumário dos Documentos relativos ao Porto.....	13
Divisão dos Documentos, por assuntos .....	15
Descriminação dos manuscritos legados por D. Vasco Martins .....	16